

# A Filosofia e o Senso Comum

Por Jacques Maritain



Jean Jacques Maritain (Paris, 18 de Novembro de 1882 — Tolosa, 28 de Abril de 1973)  
Filósofo francês, professor na França (1914), Canadá (1940) e EUA (1949). Embaixador no Vaticano (1945-1948). Autor de cerca de 24 títulos.

Antes de conhecermos as coisas por conhecimento científico ou perfeito, pela reflexão e pelas causas, conhecemo-las de modo imperfeito (“conhecimento vulgar”).

Observe-se que, para a imensa quantidade de coisas cuja ciência não possuímos propriamente, não só começamos por este conhecimento vulgar, mas ainda continuamos necessariamente a prendermo-nos a êle, aperfeiçoando-o mais ou menos pelos estudos e leituras.

Ora, no domínio das causas segundas, é impossível ao homem adquirir, com a perfeição exigida do verdadeiro sábio, a ciência de tudo, ou melhor, especializar-se em todas as ciências, o que repugna nos próprios termos. Feliz daquele que chegar a possuir verdadeiramente uma única ciência! Quanto ao mais, deverá contentar-se com um conhecimento que, por mais enriquecido e aperfeiçoado que seja naquele que chamamos um homem culto, isto é, instruído na ciência dos outros, permanece sempre aquém da ciência propriamente dita.

Mas no domínio das causas primeiras, e não mais das causas segundas, então é possível a um homem elevar-se à ciência mãe todas as coisas: é exatamente próprio à ciência que se chama Filosofia conhecer todas as coisas pelas causas primeiras; [1] ao filósofo e ao sábio aplica-se com verdade a expressão de Leonardo da Vinci: é fácil a um homem tornar-se universal, *Jacile cosa è farsi universale*.

O conhecimento vulgar é, para muitos, constituído de simples opiniões e crenças mais ou menos bem fundadas. Compreende, porém, um núcleo sólido de certezas verdadeiras, em que o filósofo discerne, em primeiro lugar, dados da evidência sensível (por exemplo: os

corpos são extensos em comprimento, largura e altura), em segundo lugar, princípios inteligíveis evidentes por si mesmos (como, por exemplo, “o todo é maior do que a parte”, “tudo o que acontece tem uma causa”, etc), em terceiro lugar, conseqüências imediatamente tiradas desses mesmos princípios (conclusões próximas). Essas certezas que brotam espontaneamente em nosso espírito, desde que usemos de nossa razão, sua obra da natureza em nós, o que podemos, pois, denominar um dote de natureza, e dizer que dependem da apreciação natural, ou do consentimento, do instinto, do senso natural da inteligência. Uma vez que derivam da própria natureza do homem, devem encontrar-se em todos os homens, ou melhor, serem comuns a todos os homens. Eis por que podemos dizer que dependem da apreciação comum, ou do consentimento, do instinto, do senso comum da humanidade.

As grandes verdades, sem as quais é impossível a vida moral do homem — o conhecimento da existência de Deus, do livre arbítrio por exemplo, e muitos outros — pertencem ao domínio do senso comum, a título de conseqüências imediatamente tiradas (conclusões próximas) dos fatos primeiros apreendidos pela observação e dos princípios primeiros apreendidos pela inteligência. Os homens, a não ser quando deformados por uma educação má ou um vício qualquer que afete a razão, possuem a certeza natural dessas verdades. Mas aqueles cuja inteligência não foi cultivada não sabem ou sabem mal dar a razão dessas certezas, isto é, explicar por que as possuem.

Essas certezas do senso comum, conclusões de um raciocínio implícito, não são menos bem fundadas do que as certezas da ciência. Contudo, aquele que as possui não sabe ou sabe mal o fundamento que essas mesmas certezas têm nele. Portanto, são imperfeitas, não quanto ao seu valor de verdade, mas quanto ao *modo* ou ao *estado* em que se acham no espírito.

Quanto às verdades evidentes por si mesmas (“o todo é maior do que a parte”, “tudo o que acontece tem uma causa”, etc), objeto do que se chama a *inteligência dos princípios*, e cuja certeza é superior à de todas as conclusões da ciência, o senso comum possui um conhecimento de modo igualmente *imperfeito*, no sentido de permanecer confuso e implícito.

Desse modo, o senso comum é, como o juízo natural e primitivo da razão humana, infalível mas imperfeito em seu modo de ser.

Devido ao seu caráter absolutamente espontâneo e à incapacidade de explicar essas certezas, certos filósofos pretendem ver nisso uma faculdade especial e puramente instintiva sem relação com a inteligência (escola escocesa, fim do século XVIII e início do século XIX, Reid Dugald Stewart; na França, Jouffroy, ou um sentimento estranho e superior à razão (escola intuitivista, ou sentimentalista, Rousseau, Jacobi, M. Bergson em nossos dias). Neste

caso, seria cego, pois não há em nós outra luz sem ser a da inteligência ou a da razão. A luz do senso comum é radicalmente a mesma luz da ciência, a luz natural da inteligência. Porém, no caso do senso comum, esta luz não volta sobre si mesma pela reflexão crítica, e não é aperfeiçoada pelo que chamaremos mais tarde de habitus científico.

Quais são as relações da Filosofia com o senso comum?

1) A Filosofia não deve basear-se, como pretendia a Escola Escocesa, na autoridade do senso comum, considerado pura e simplesmente como *consenso* comum ou testemunho universal dos homens, ou como instinto que se impõe de fato. Repousa na evidência, não na autoridade.

2) Considerando-se, porém, no senso comum a *inteligência imediata dos primeiros princípios* por si mesmos evidentes, que é um dos elementos do senso comum, então, poder-se-á dizer que este é a fonte de onde deriva toda a Filosofia. De fato, a Filosofia tem por princípios

as **EVIDÊNCIAS** primeiras

que fornecem

### **NATURALMENTE**

ao nosso espírito suas certezas primordiais.

Compreendemos bem o seguinte: se a Filosofia encontra seus princípios já proclamados pelo senso comum, não é pelo fato de serem proclamados pelo senso comum, nem pela autoridade do senso comum tomado como consenso geral ou como instinto comum da humanidade, mas é pela autoridade absoluta e única da evidência que ela os considera como princípios.

3) Finalmente, se considerarmos todo o conjunto das verdades (princípios e conclusões) conhecidas com certeza pelo senso comum, mas sob um modo imperfeito, é preciso dizer que a Filosofia é superior ao senso comum como o estado perfeito de uma coisa (isto é, o estado científico do conhecimento) é superior ao estado imperfeito ou rudimentar desta mesma coisa (isto é, ao estado pré-científico deste mesmo conhecimento, aliás certo e verdadeiro em ambos os casos).

a) Se considerarmos no senso comum não as conclusões que admite, mas unicamente os princípios, o senso comum fica inferior à Filosofia quanto ao modo de conhecer; mas, quanto ao objeto e à luz do conhecimento, é superior à Filosofia e todas as ciências. Conforme ao que nos referimos antes, a Filosofia de todas as ciências derivam da evidência natural dos

princípios (sobre as quais a Filosofia volta a insistir — na Crítica — para estudá-los cientificamente, enquanto as demais ciências se contentam de os receber da natureza).

b) A Filosofia trata cientificamente das três categorias de verdades afirmadas instintivamente pelo senso comum:

1.º) as verdades de fato, que exprimem as evidências sensíveis;

2.º) os primeiros princípios inteligíveis evidentes por si mesmos, enquanto os elucida pela reflexão crítica e os *defende* racionalmente;

3.º) as conseqüências imediatamente deduzidas (conclusões próximas) desses primeiros princípios, no sentido de demonstrá-las racionalmente. — Além disso, lá onde o senso comum se detém para dar lugar às simples opiniões do conhecimento vulgar, a filosofia continua indefinidamente a ampliar o campo das certezas científicas. Deste modo a filosofia *justifica* e *continua* o senso comum, assim como a arte do poeta, por exemplo, justifica e continua os ritmos naturais da linguagem.

Cumpra-lhe também julgar quais são as certezas que pertencem verdadeiramente ao senso comum; qual é seu verdadeiro alcance, tarefa que o senso comum não poderia desempenhar, pelo fato de ignorar ou não saber claramente o porquê daquilo que sabe. Neste sentido a filosofia *controla* o senso comum, do mesmo modo que a arte do poeta controla os ritmos naturais da linguagem.

Entretanto, o senso comum tem o direito e o dever de defender-se de toda doutrina filosófica que negasse alguma das verdades cuja certeza natural êle possui, como o inferior tem o direito e o dever de

Mas pode julgar a Filosofia acidentalmente.

defender-se contra o superior que procedesse de maneira evidente mente insensata.

Porquanto, desde o momento que a verdade se manifeste, de um ou de outro modo, peca-se em não a aceitar. O senso comum pode ser levado assim a

## **JULGAR**

## **ACIDENTALMENTE**

a Filosofia.

a) Conta-se que Diógenes, diante de quem Zenão de Eléia desenvolvia seus argumentos contra a possibilidade do movimento, contentou-se, em vez de qualquer resposta, em levantar-se e andar. Igualmente a Descartes, que sustentava que o movimento é relativo ou “recíproco”, sendo indiferente dizer que o móvel se move em direção ao fim ou o fim em

direção ao móvel, o filósofo inglês Henry More respondia: quando um homem corre para um fim, estafando-se e cansando-se,<sup>84</sup> sabe muito bem se é o móvel ou o fim que está realmente em movimento.

Tais protestos do senso comum, baseados na evidência sensível, eram perfeitamente justos. Digamos, entretanto, que eram insuficientes — não considerando como erros a tese de Zenão e a de Descartes, mas considerando-as como erros filosóficos. Para tanto bastava refutar filosoficamente os argumentos desses filósofos e mostrar por que e em que não tinham razão.

b) Observemos, porém, que, se a Filosofia, em si mesma e para estabelecer suas demonstrações, não depende da autoridade do senso comum considerado como consenso geral ou instintivo dos homens, contudo depende de certo modo (“materialmente”, ou em razão do sujeito), em sua gênese de coisa humana e para se constituir no espírito dos filósofos.

A esse respeito poder-se-ia comparar a Filosofia ou a Ciência a um edifício, e as grandes conclusões pré-científicas do senso comum (existência de Deus, livre arbítrio, etc.) a andaimes levantados antecipadamente pela natureza. Uma vez construído, o monumento sustenta-se por si mesmo sobre o rochedo, isto é, sobre a evidência natural dos primeiros princípios, sem necessitar dos andaimes. Mas sem os andaimes não teria sido possível construí-lo.

c) De tudo isto se compreende o quanto é desarrazoada a filosofia que, sob pretexto de conhecer cientificamente as coisas, despreza a priori e sistematicamente o senso comum e rompe com suas certezas naturais. Descartes (que, em outros pontos-de-vista e na própria concepção da ciência, dá valor excessivo ao senso comum) iniciou esta obra de separação, reconhecendo, de um lado, como certezas admissíveis só as certezas científicas, negando, por conseguinte, o valor intrínseco das certezas do senso comum, e de outro professando em sua filosofia diversas teses incompatíveis com estas mesmas certezas. Malebranche, seu discípulo, e sobretudo os filósofos criticistas procedentes de Kant e mais tarde certos filósofos “modernistas” levaram esta tendência ao último extremo: para alguns desses filósofos, basta uma proposição ser conforme ao senso comum para merecer suspeita ou ser negada pela ciência, que seria manchada pela “ingenuidade” do vulgar, caso não afirmasse o contrário daquilo que todos os homens consideram como verdadeiro.

Notemos, entretanto, que quanto mais a inteligência de um homem for naturalmente vigorosa, tanto mais serão poderosas as suas convicções naturais. Isto significa que fazer profissão de desprezo ao senso comum é índice não de vigor mais de fraqueza intelectual.

d) Mais uma vez se verifica que, em relação ao senso comum, bem como sobre a maioria dos grandes problemas filosóficos, a filosofia tomista mantém-se no meio, entre dois erros extremos, como um pico entre dois vales.

#### **Filosofia de Aristóteles e de Santo Tomás**

As certezas do senso comum são válidas e a ciência falha quando as contradiz. Mas a Filosofia tem por fundamento as evidências naturais da inteligência, e não a autoridade do senso comum.

#### **Escola escocesa**

Não somente as certezas do senso comum são válidas, mas a autoridade do senso comum, que se impõe como um instinto cego, deve servir de fundamento à Filosofia.

#### **Escolas racionalista, criticista, modernista**

A autoridade do senso comum não só é inapta para servir de fundamento à Filosofia, mas ainda as certezas do senso comum são destituídas de qualquer valor especulativo.

Por tudo que ficou dito, verifica-se quão importante é o papel que devem desempenhar as certezas do senso comum na iniciação à Filosofia. Aqueles que começam os estudos filosóficos e que vão entrar em contato com os problemas mais recentes e com sistemas às vezes dos mais desconcertantes, devem apoiar-se com absoluta confiança nas certezas do senso comum, que já possuem em si e que os auxiliarão a passar a um conhecimento superior e mais perfeito, às certezas da própria ciência.

#### **CONCLUSÃO IV**

A Filosofia não se baseia na autoridade do senso comum considerado como consenso geral ou como instinto comum da humanidade; deriva, contudo, do senso comum se nele considerarmos a inteligência dos primeiros princípios imediatamente evidentes.

É superior ao senso comum como o estado perfeito ou "científico" de um conhecimento verdadeiro é superior ao estado imperfeito ou "vulgar" deste mesmo conhecimento. Todavia, a Filosofia pode ser julgada, acidentalmente, pelo senso comum.

O método da Filosofia será objeto de uma seção especial do curso. Diremos agora somente que a Filosofia não é construída a priori, partindo de um fato escolhido pelo filósofo (cogito de Descartes) ou de um princípio qualquer lançado arbitrariamente por ele (Substância de Spinoza, Eu puro de Fichte, Absoluto de Schelling, Idéia de Hegel), cujas conseqüências desenvolve artificialmente. Tem por princípios formais os primeiros princípios apreendidos na noção do ser e cuja luz inteligível constitui toda a sua força [2] e por outro lado tem por

matéria a experiência e os fatos [3]mais simples e mais evidentes — nos quais se baseia para se elevar às causas ou às razões que dão o porquê supremo. É da realidade inteira com a multiplicidade variada dos seus dados e não de uma idéia de seu espírito que o filósofo deve ser aprendiz.

Convém também saber que, se a Filosofia permite à inteligência humana apreender com absoluta certeza as realidades de ordem natural mais elevadas e mais profundas, não pode, contudo, pretender esgotar estas mesmas realidades, e fazê-las conhecer tanto quanto são cog-noscíveis. Segundo este ponto-de-vista, a ciência não suprime o “mistério” que existe nas coisas, entendendo-se com isto aquilo que ainda apresentam de ignorado e de mexplorado, mas, antes ela o verifica e precisa;[4]mesmo naquilo que conhece, jamais conhece tudo. O sábio sabe todas as coisas nesse sentido que as conhece nas suas causas supremas, mas não sabe e está infinitamente longe de saber o todo de todas as coisas. Aliás, ignorância não é erro: à Filosofia é suficiente saber com certeza aquilo que lhe convém saber e aquilo que nos importa essencialmente saber; além disso, é preferível não saber as coisas que desviam o espírito do saber mais elevado, segundo a expressão de Tácito: *nescire quaedam, magna pars Sapientiae*.

Notas:

[1]Daí notamos a enorme decepção em que se resolve a concepção positivista da Filosofia: se a Filosofia fosse apenas a ordenação ou a sistematização das ciências, seria preciso, para atingi-la, possuir todas as ciências com perfeição, isto é, especializar-se em tudo; em outros termos, seria absolutamente impossível chegar à Filosofia.

[2]Eis o que os positivistas não vêem.

[3]Eis o que não vêem os intelectualistas puros — desde Parmênides até Hegel — que constroem a Metafísica inteiramente a priori.

[4]Aristóteles (*Metaph.*, lib. I, cap. 2) diz que a causa ocasional da Filosofia é a *admiratio*, isto é, a admiração misturada de temor, admiração que o conhecimento tem como resultado fazer desaparecer. Entendamos esta palavra como admiração que não compreende, não como admiração que compreende. O sábio de nada se admira, porque conhece as razões supremas de todas as coisas, mas admira muito mais que o que o ignorante. Cf. *De part. anim.*, I, 5, 645, a 16.

(Texto transcrito e adaptado do livro *Introdução Geral à Filosofia* de Jacques Maritain, 6ª Edição, Editora Agir, 1963).